

## **Relatório da Reunião das Entidades com a Reitoria da UFJF**

Nesta quarta-feira, dia 20 de maio, as entidades representativas da comunidade acadêmica da UFJF, Apes, Sintufejuf e DCE, se reuniram com o Reitor, Marcus David, e a Vice-Reitora, Girlene Alves, por iniciativa dos mesmos para uma conversa sobre o contexto da pandemia e o processo de planejamento de futuras ações da UFJF.

Iniciando a reunião, Marcus David destacou a sua recondução a reitoria através da nomeação pelo MEC, ocorrida no início de abril, em respeito a autonomia e ao processo democrático construído na instituição. Em seguida, fez um informe sobre a intensa e importante atuação da UFJF no combate à pandemia da COVID-19, em Juiz de Fora e Governador Valadares. Dando continuidade, disse que há um certo consenso de que a pandemia e seus efeitos podem se estender ao longo de todo ano sendo, portanto, necessário que a instituição possa realizar ações para o seu planejamento. Então, informou que a administração superior havia preparado um questionário que será submetido a toda a comunidade acadêmica para avaliar as condições socioeconômicas da comunidade, incluindo grau de inclusão digital, de forma a possibilitar um melhor planejamento da instituição, o que seria feito através de diferentes grupos de trabalho a serem criados nos próximos dias.

Após essa primeira intervenção, foi garantido o espaço de fala para as entidades. A fala da Apes indicou preocupações, reivindicações e questionamentos com a conjuntura e o atual processo de ataques à classe trabalhadora, com destaque para a área da Educação. Iniciamos apresentando uma análise sobre ataques do Governo Federal aos servidores públicos, como os cortes salariais resultantes da implementação da instrução normativa 28, o congelamento salarial de servidores públicos até o final de 2021 embutidos no projeto de lei complementar nº 39/2020, as repetidas cobranças e pressões do ministério do planejamento sobre a eficiência e produtividade dos servidores públicos nesse período e as repetidas ameaças do ministro da economia e do presidente sobre o funcionalismo público. Ações organizadas que de certa forma se opõem a política de isolamento social e de volta a normalidade ao país, se alinhando a política mentirosa e criminosas que contrapõem a preservação da vida e a economia. Para completar esse cenário de ataques, crescem as pressões dos diferentes governos e das grandes corporações educacionais para implementação de atividades remotas

e da modalidade de ensino a distância nesse período. Nesse contexto, defendemos que o primeiro passo a ser dado pela instituição, seria viabilizar o funcionamento dos diferentes colegiados e órgãos deliberativos, desde colegiados de cursos, passando pelos departamentos, unidades e conselhos, chegando até o Conselho Superior, como forma de viabilizar o respeito a democracia na instituição. Aproveitamos também o espaço para defender que a proposta de regulamentação do trabalho remoto, que foi apresentada preliminarmente ao Comitê Administrativo, possa ser discutida no CONSU. Em seguida, expressamos nossa preocupação com a ação proposta pela administração de realização da pesquisa nesse momento. Indicamos que os seus objetivos deveriam estar muito claros e, também, a preocupação com o possível conteúdo da mesma, que poderia induzir expectativas e disponibilizar instrumentos para implementação dos ataques previstos pelo Governo Federal. Portanto, tínhamos o entendimento que tal ação deveria ser precedida de ampla discussão na comunidade acadêmica. Concluindo a intervenção da Apes, indicamos preocupação com as trabalhadoras e os trabalhadores envolvidos na linha de frente ao combate da COVID-19 na instituição, com relação aos cuidados e a disponibilidade de equipamentos de proteção e perguntamos se a instituição desenvolveu algum instrumento para o acompanhamento dos casos de COVID-19 na comunidade acadêmica.

Em sua fala final, o Reitor reconheceu o momento difícil da conjuntura e se limitou a dizer que não seria razoável levar o debate da realização da pesquisa para o conselho superior, assim como não havia sentido levar a discussão da implementação da instrução normativa 28, em função da interpretação que não havia mais espaço legal para questionar a mesma no âmbito administrativo.

O Sintufefuf e o DCE solicitaram o envio do questionário para conhecimento e possíveis ajustes a serem indicados para a administração, enquanto a Apes não o fez, entendendo que não haveria condições para uma construção democrática de tal ação, preservando desta forma a entidade. A realização da pesquisa e a elaboração do questionário são de responsabilidades da administração, contrariamente a posição defendida pela Apes de construção coletiva e democrática, através de da amplo debate sobre a sua pertinência, necessidade e conteúdo.

A Diretoria